

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ISSN 2177-3688

DECOLONIALIDADE: IMPACTOS NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

DECOLONIALITY: IMPACTS ON KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS

Nina G. S. Barcellos D’Almeida - Universidade Federal Fluminense (UFF)
Laura Rocha Silveira Tavares da Silva - Universidade Federal Fluminense (UFF)
Linair Maria Campos - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apesar do crescimento da abordagem da temática decolonial na literatura do campo da organização do conhecimento, percebe-se que há pouca sistematização e nitidez sobre o assunto no que concerne à sua aplicabilidade, mais especificamente, na elaboração de sistemas de organização do conhecimento. Diante disso, objetiva-se neste trabalho identificar de maneira preliminar, não exaustiva, aspectos da decolonialidade que podem influenciar de forma mais direta a elaboração de sistemas de organização do conhecimento. Como procedimento metodológico, realizou-se levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação, no Google Acadêmico e na série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, publicada pela Sociedade Brasileira para Organização do Conhecimento. Como resultado, apresenta-se uma sistematização relacionando os aspectos da decolonialidade, as propostas presentes nos trabalhos recuperados e o respectivo impacto na elaboração de sistemas de organização do conhecimento. Conclui-se que é notável a crescente busca no campo por maneiras de enfrentar a colonialidade ainda presente nos instrumentos, que as pesquisas vão no sentido de complementar - e não negar - o que já existe e é utilizado, e que há necessidade de aprofundamento acerca da aproximação da organização do conhecimento da perspectiva decolonial nos sistemas de organização do conhecimento.

Palavras-chave: organização do conhecimento; sistemas de organização do conhecimento; Decolonialidade.

Abstract: Despite the growth of the decolonial theme approach in the knowledge organization literature, it is perceived that there is little systematization and clarity on the subject regarding its applicability, more specifically, in the elaboration of knowledge organization systems. Therefore, the objective of this work is to identify, in a preliminary, non-exhaustive manner, aspects of decoloniality that can more directly influence the development of knowledge organization systems. As a methodological procedure, a bibliographic survey was carried out in the Information Science Database, in Google Scholar and in the Advanced Studies in Knowledge Organization series, published by the Brazilian Society for Knowledge Organization. As a result, a systematization is presented relating the aspects of decoloniality, the proposals present in the retrieved works and the respective impact on the elaboration of knowledge organization systems. It is concluded that the growing search in the field for ways to face the coloniality still present in the instruments is remarkable, and that researches go in the direction of complementing - and not denying - what already exists and is used, and that there is a need for deepening about of the knowledge organization approach from the decolonial perspective in knowledge organization systems.

Keywords: knowledge organization; onowledge organization systems; Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, na literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e, de forma mais específica, no campo da organização do conhecimento, vemos um aumento no número de publicações que se preocupam com a desconstrução de possíveis vieses preconceituosos, bem como com o combate à reprodução de tendenciosidades tanto nos instrumentos de organização do conhecimento elaborados quanto no arcabouço teórico-epistemológico do campo de forma mais ampla (MIRANDA, 2007; GARCEZ; SALES, 2021; AMORIM; ALVES, 2022). As questões discutidas, de modo geral, no campo e na área, se encontram relacionadas aos estudos críticos, pós-coloniais, decoloniais, envolvidos e relacionados a temas como mulheres, LGBTQs, estudos étnico-raciais e população indígena e tradicional. Segundo Garcez e Sales (2021, p. 2), “[...] o enfrentamento de lógicas colonizadoras hegemônicas que potencialmente promovem violências epistêmicas e injustiças sociais precisa ser fortalecido no campo da organização do conhecimento”.

No entanto, apesar do crescimento da abordagem da temática decolonial na literatura do campo, percebe-se que ainda há pouca sistematização e nitidez sobre o assunto no que concerne à sua aplicabilidade no contexto da organização do conhecimento, mais especificamente, na elaboração de sistemas de organização do conhecimento (SOC). Desse modo, nota-se que muitos trabalhos têm como foco a elucidação de preconceitos identificados nos instrumentos, mas poucos fornecem orientações generalizáveis que possam ser aplicadas para que as mudanças, de fato, ocorram. Em vista disso, busca-se, neste trabalho, identificar de maneira preliminar, não exaustiva, os aspectos da decolonialidade que podem influenciar de forma mais direta a elaboração de SOC.

Nesse sentido, destacamos o trabalho de Garcez e Sales (2021), que tem como objetivo investigar como e se a decolonialidade vem sendo abordada nos estudos de organização do conhecimento em âmbito internacional, o que é feito por meio de um levantamento bibliográfico realizado no periódico *Knowledge Organization*. Assim, considerando-se a problemática mencionada, de forma complementar ao trabalho de Garcez e Sales (2021), neste trabalho realizamos um levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no Google Acadêmico e na série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, com o objetivo de sistematizar os aspectos da decolonialidade que vêm sendo

explorados no campo da organização do conhecimento no Brasil, buscando indicar como eles podem ser aplicados no âmbito da elaboração de SOC. Como resultado, é apresentado, de forma breve, uma sistematização de aspectos da decolonialidade e seus possíveis impactos na elaboração dos SOC, levando em consideração diferentes propostas encontradas no campo da organização do conhecimento, como um passo inicial para o desenvolvimento de estudos posteriores sobre a aplicação de perspectivas decoloniais nos processos e produtos da organização do conhecimento.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: após esta introdução, a metodologia é descrita; em seguida, uma noção geral sobre o conceito de decolonialidade é fornecida, bem como uma abordagem mais detalhada acerca da decolonialidade do saber; na sequência, aborda-se o contexto histórico em que se deu a formação da Biblioteconomia e da Ciência da Informação enquanto áreas do conhecimento científico, com ênfase nos processos e produtos relacionados aos SOC. Logo após, apresentam-se contribuições que exploram a noção de decolonialidade no âmbito da elaboração de SOC; a qual é concluída com uma sistematização dos aspectos da decolonialidade explorados no campo da organização do conhecimento e do impacto destes na elaboração de SOC. Por último, indicam-se as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa no que concerne ao problema estabelecido; quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como exploratória; e quanto aos procedimentos técnicos empregados, recorre ao levantamento bibliográfico.

O levantamento bibliográfico foi feito a partir do emprego de expressões de busca combinando os termos “decolonialidade”, “ciência da informação” e “organização do conhecimento”. As fontes consultadas foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), o Google Acadêmico e a Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, organizada pelo capítulo brasileiro da ISKO, composta por sete publicações, cujo intervalo temporal compreende os anos de 2012 a 2023. Essas bases foram selecionadas com objetivo de centrar o escopo do trabalho na produção corrente em organização do conhecimento. Destacamos ainda que outros termos podem ser utilizados para o levantamento bibliográfico do assunto, porém, no presente trabalho, privilegiou-se os já mencionados como forma de delimitação do escopo. A busca pelo termo decolonial foi

considerada importante para o levantamento tendo em vista a utilização consciente da abordagem por parte dos autores. Apesar disso, a análise realizada não se restringiu aos trabalhos que abordam explicitamente a questão decolonial no âmbito da OC, mas também considerou aqueles que o fazem de forma implícita ou indireta. Sobre essa questão, vale ressaltar que, embora possam existir outros trabalhos voltados para temáticas relacionadas, como comunidades tradicionais, povos indígenas, população negra e afins, eles não necessariamente visam desenvolver e expandir a abordagem decolonial, mas apenas tratam de assuntos relacionados, não sendo, portanto, nosso foco neste trabalho.

O levantamento foi realizado tendo como foco a identificação de estudos que utilizam expressamente a noção decolonial ou decolonialidade em seus títulos. Além dos títulos, foram lidos os resumos para que fossem selecionados aqueles que se referiam especificamente à organização do conhecimento e à decolonialidade.

Em relação à série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, foram recuperados quatro resultados. O levantamento na Base BRAPCI recuperou 28 resultados quando da pesquisa pelo termo – decol* - buscando abarcar tanto os resultados que utilizam a expressão ‘decolonial’ quanto ‘decolonialidade’, e ainda possíveis outras variações. Também foi aplicada a busca por – decol* AND “organização do conhecimento” – utilizando todos os campos, recuperando 6 artigos. No Google Acadêmico, a busca resultou inicialmente em 414 resultados utilizando a expressão - decolonialidade AND “organização do conhecimento” - no recorte temporal entre 2012 e 2023.

Nesse sentido, para tornar o quantitativo recuperado em um conjunto passível de análise para a elaboração deste trabalho, tomou-se como critério a ordenação por relevância, filtrando-se os primeiros 50 resultados recuperados. Também foi utilizada a estratégia de cultivo das pérolas, ou “mineração de citação”, que possibilita, a partir dos conceitos iniciais da pesquisa, a identificação das citações e referências relacionadas com o tema, a fim de ampliar a quantidade de documentos relevantes sobre os conceitos utilizados e aprofundar seus significados (HAWKINS; WAGERS, 1982; HADFIELD, 2019). Segundo Hadfield (2019), a estratégia é eficaz para a pesquisa sistemática da literatura que ajuda a garantir que toda a literatura relevante tenha sido identificada¹. Em suma, essa abordagem é útil para trazer a

¹ No original: ‘Pearl growing’ (also known as ‘Citation mining’ or ‘Snowballing’) is an effective approach to systematic literature searching which helps to ensure that all relevant literature has been identified (HADFIELD, 2019).

literatura que trata do tema desejado, mas que por vezes não é recuperada com os termos originais de busca.

A partir do levantamento bibliográfico realizado, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011), diferentes categorias de análise foram selecionadas para a formulação do quadro final do trabalho. A seleção dessas categorias, que por questão de escopo não pode ser exaustiva, buscou destacar aspectos comumente citados no âmbito dos trabalhos analisados. Por fim, três aspectos da decolonialidade foram relacionados a propostas já existentes no âmbito da organização do conhecimento. Vale destacar que cada uma destas propostas parte de críticas e formulações do campo da organização do conhecimento e visam alargar a base teórico-metodológica do campo para questões compatíveis com aquelas levantadas pelos aspectos da decolonialidade.

3 A PERSPECTIVA DECOLONIAL E A DECOLONIALIDADE DO SABER

A decolonialidade surge em oposição ao pensamento pós-colonial que até então se voltava para as conceituações e categorias relacionadas à colonização na África e na Ásia, e ainda, em rompimento com os estudos subalternos, criticando a falta de análise crítica sobre o colonialismo na América-Latina a partir de fatos latino-americanos e a utilização generalizada da perspectiva indiana sobre as relações de colonização na América-Latina (OLIVEIRA; LUCINI, 2021).

Para compreender a origem da decolonialidade é necessário ter a nitidez de que o processo de luta e resistência contra a colonização surge no exato momento em que surge a própria colonização. Segundo Mignolo (2018), o pensamento decolonial remonta o século XVI, em forma de práxis e história, existindo ao longo dos séculos em forma de lutas, ações, resistências contra os padrões de poder etc. Outro ponto fundamental para compreensão da decolonialidade é o entendimento de que a colonização é parte intrínseca da modernidade, uma não poderia acontecer sem a outra e vice-versa (OLIVEIRA; LUCINI, 2021). A colonização, enquanto sistema político-social, e a colonialidade, como perpetuação das hierarquias políticas-sociais criadas com a colonização, buscavam a predominância de uma perspectiva única, a do colonizador sobre as dos colonizados, em contraponto, o projeto decolonial “propõe promover um diálogo entre os povos que historicamente foram colonizados e aqueles que vivem a colonização” (GARCEZ; SALES, 2021, p. 5).

Nesse sentido, “o pensamento decolonial é um pensamento que se desprende de uma lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos” (SUESS, SILVA, 2019, p. 1). Parte desse entendimento a busca por diferentes formas de saber, de produzir conhecimentos, a busca por representatividade de grupos marginalizados pelos processos de colonização e de novas bases para a ciência que não apenas aquelas estipuladas pela primazia europeia, “trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro” (SUESS, SILVA, 2019, p. 1). A decolonialidade se opõe à estrutura de poder colonial ainda vigente, a qual é fortemente marcada por promessas relacionadas a uma modernidade que se pretende alcançar e que, para tanto, envolve o estabelecimento de relações de poder que levam à imposição de uma série de normas concebidas como corretas e universais, culminando na exclusão e no silenciamento de grupos sociais que não se enquadram no discurso hegemônico relacionado ao modelo civilizatório único, globalizado e universal defendido (OLIVEIRA; OSMAN, 2017).

O enfoque do pensamento decolonial no âmbito da Ciência da Informação e dos processos de organização e representação do conhecimento recai principalmente sobre questões relacionadas à colonialidade do saber. De acordo com Oliveira e Osman (2017), a colonialidade do saber se refere a racismos epistêmicos que pretendem deslegitimar e inviabilizar qualquer conhecimento que não seja o eurocentrado, caracterizando-o como irracional, primitivo, incipiente e desqualificado enquanto projeto a ser perseguido. Essa estrutura colonial se reflete nos tradicionais SOC empregados para a organização de documentos e informações ao longo do tempo, muitos dos quais são amplamente utilizados até hoje, como é o caso da Classificação Decimal de Dewey (CDD) nas bibliotecas.

[...] nossos sistemas atuais foram estabelecidos no final do século XIX e início do século XX por homens brancos, proprietários e protestantes, que adotaram os princípios científicos da era do Iluminismo para ordenar o conhecimento de acordo com as convenções disciplinares. As categorias foram ordenadas de forma a sustentar ideias dominantes sobre corpos e identidades. Alternativas às normas aceitas são estabelecidas ao longo da branquitude universalizada e invisível e do heteropatriarcado, por exemplo (ADLER, 2016, p. 632)

Nesse sentido, não são raras as críticas a esses sistemas, principalmente por parte dos grupos socialmente marginalizados que não são neles representados – ou o são de forma inadequada – e, por conseguinte, enfrentam problemas durante a recuperação da

informação. Nesses casos, têm-se os saberes intitulados contracoloniais ou decoloniais, aqueles que refletem as perspectivas de mulheres, pessoas de origem latina, africana, indígena, ameríndia ou ribeirinha (GARCEZ; SALES, 2021), entre outros que fazem parte de grupos ora invisibilizados, ora subrepresentados.

[...] a decolonialidade busca tornar visível, abrir e promover perspectivas e posicionalidades radicalmente distintas que substituem a racionalidade ocidental como a única estrutura e possibilidade de existência, análise e pensamento. Tais perspectivas e posicionalidades evocam e convocam o que Maldonado-Torres chama de atitude decolonial. [...] essa atitude lembra aquela avançada no início do século XX por W. E. B. Du Bois, aquela que “exige responsabilidade e disposição para assumir muitas perspectivas, particularmente as perspectivas e pontos de vista daqueles cuja própria existência é questionada e produzidos como indispensáveis e insignificantes” (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 17, tradução nossa).

Como visto, os SOC, por exemplo a CDD, são foco em diferentes trabalhos sobre a evidenciação da reprodução de preconceitos e marginalizações que foram incentivadas pelo processo de colonização e perpetuadas pela colonialidade ainda presente na produção do conhecimento científico (ADLER, 2016; FURNER, 2007; MIRANDA, 2007; LIMA; ALMEIDA, 2019; GARCEZ; SALES, 2021).

4 BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Em relação à Biblioteconomia, Amorim e Alves (2022) destacam o papel do Iluminismo, principalmente na Europa nos séculos XVII e XVIII, que, motivado pelo surgimento das bibliotecas nacionais e públicas, pela ampliação das coleções e pela alfabetização das populações da Europa ocidental, enfatiza as preocupações e problemas relacionados às bibliotecas, seu papel, a gestão desses espaços e a organização dos catálogos.

A biblioteca foi ressignificada sob os ideais Iluministas com a Revolução Francesa, em 1789, quando visualizou o acesso ao conhecimento como ferramenta de emancipação cidadã, cuja finalidade seria a evolução humana por meio da “razão” ao encontro da “verdade” (SILVA et al., 2019). Até então as bibliotecas tinham o acesso restrito e o foco por vezes delimitado na preservação dos livros (AMORIM; ALVES, 2022, p. 7).

Nesse contexto, o Iluminismo já estava intrinsecamente relacionado ao projeto da modernidade, onde se institucionaliza a primazia da razão como caminho único à verdade e ao conhecimento (AMORIM; ALVES, 2022). Nesse sentido, segundo Morin (2005), torna-se dominante no século XVIII a ideia de um universo totalmente acessível pelo racional e a concepção de uma humanidade guiada pela razão. A hierarquia construída e guiada com base

na racionalidade passa por supervalorizar os conhecimentos produzidos por cientistas, com base nos princípios, lógicas e na cultura europeia, marginalizando, apagando e desvalorizando quaisquer outros conhecimentos que não apoiados nesses valores e validados por estes sujeitos (AMORIM; ALVES, 2022).

Já a Ciência da Informação se vincula aos problemas da comunicação científica, que em contexto de Guerra Fria, no século XX, são sistematizados e estudados principalmente por pesquisadores estadunidenses, ingleses e de outras nacionalidades do hemisfério norte do globo (AMORIM; ALVES, 2022). Em ambas as contextualizações, fica marcada a influência dicotômica, onde a colonialidade encontra caminhos sólidos para a perpetuação de subalternizações político-sociais, tanto no âmbito da Biblioteconomia, onde os ideais iluministas consolidaram meios e formas de legitimar a suposta superioridade dos valores e da cultura europeia, quanto na Ciência da Informação, através da incorporação de conjunturas específicas dos países colonizadores no contexto de guerra. Nesse sentido, segundo Lima e Almeida (2019, p. 525):

A Ciência da Informação possui resquícios do pensamento moderno, um pensamento epistêmico universalista e imperialista de caráter positivista, cujo discurso científico, jurídico e políticos possuem predominância ocidental (SPAREMBERGER; DAMÁZIO, 2016), no que concerne às práticas de classificação, organização da informação e do conhecimento, originária da Biblioteconomia e da Documentação, serviu epistemologicamente para construir o Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU).

Vale destacar a profunda desigualdade em que se encontravam os países colonizadores, majoritariamente ocupando o norte global ocidental, com acesso e usufruto econômico expropriados das colônias e ex-colônias, e os países colonizados, majoritariamente ocupando o sul global, onde o acesso à educação, saúde, informação e cultura era precário, caro e excludente. O que pode ser observado na Biblioteconomia e na Ciência da Informação como parte da colonialidade, também ocorre em grande parte das áreas e campos científicos durante os períodos até o fim do século XX, como a dominância de uma perspectiva única no fazer científico, baseada no eurocentrismo, a busca por bases universais e o apagamento de saberes e culturas outras (OLIVEIRA; LUCINI, 2021).

A partir do exposto, um panorama geral do contexto de consolidação da Biblioteconomia e da Ciência da Informação como áreas de conhecimento colabora com o entendimento de que parte do saber produzido pelas áreas pode estar orientado pelos moldes

da perspectiva eurocentrada, assim como seus acúmulos teórico-metodológicos. Destacando que não são os princípios teórico-metodológicos de organização da informação e do conhecimento em si, por si só, que são o fator que gera o problema, a colonialidade se perpetua no pensamento que está por trás da aplicação desses princípios e que, por vezes, embasaram a construção de instrumentos específicos como a CDD, que privilegia aspectos eurocêntricos, católicos e oriundos da cultura e história do norte global. Por exemplo, podemos usar a Teoria do Conceito (DAHLBERG, 1978) como base para um SOC que se articule com outros SOC formando uma rede de pontos de vista diferentes sobre uma mesma temática. Cada um destes pontos de vista pode ter caráter colonial, ou não.

5 ELABORAÇÃO DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO À LUZ DA DECOLONIALIDADE

No âmbito da organização do conhecimento, a noção de decolonialidade pode ser identificada de diferentes maneiras, como por meio de reflexões e críticas feitas por pesquisadores e profissionais do campo às teorias e aos instrumentos utilizados nesse cenário. Junto das críticas, geralmente são apresentadas propostas para superar os problemas apontados, tanto em nível teórico, quanto aplicado. A seguir, algumas dessas contribuições são apresentadas, sendo importante destacar que muitas delas não abordam de forma explícita a questão da decolonialidade, embora reflitam a essência identificada no pensamento decolonial, o que é suficiente para os nossos propósitos.

Beghtol (2002) trata como uma conduta ética proteger a diversidade cultural no âmbito dos sistemas de organização e representação do conhecimento, os quais considera como artefatos culturais. A autora parte da premissa de que indivíduos de diferentes culturas precisam de diferentes tipos (e caminhos) de informação e, por isso, se apoia no conceito de *garantia cultural*, em que um sistema será o mais útil e apropriado possível se for baseado nos pressupostos, valores e predisposições da cultura dos indivíduos que o utilizam. Para possibilitar que isso ocorra, Beghtol aponta a necessidade da *hospitalidade cultural*, que permite que os SOC estejam abertos para inclusões, exclusões ou alterações de notações em função das mudanças culturais ocorridas. Essa prática permitiria uma escolha individual fundamentada sobre qual perspectiva seria culturalmente apropriada e pessoal ou profissionalmente útil em diferentes tarefas relacionadas à criação, busca e compartilhamento de informações (BEGHTOL, 2002).

García-Gutiérrez (2013) sugere a desclassificação como uma alternativa frente a produção e organização do conhecimento alicerçada em concepções colonizantes. Segundo este autor, a desclassificação é uma forma dinâmica de organização que envolve a introdução do pluralismo na lógica central da classificação, que passa a ser concebida como uma operação metacognitiva e não automática: “[...] em cada ação do classificador, exige uma consciência completa da incompletude, do viés e da subjetividade explicável” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 10). Desse modo, a desclassificação lida com uma lógica diferente, plural e não essencialista, que reconhece mundos possíveis e contradições. Vale destacar que o essencialismo, em relação à elaboração de SOC, utiliza-se da característica essencial dos objetos a serem representados para formar a estrutura classificatória pelo princípio de gênero-espécie. A identificação das características essenciais do objeto também serve de base para a elaboração das definições, como seus elementos constitutivos (CAMPOS, 2001).

Uma forma de aplicar a noção de desclassificação poderia ser feita, segundo García Gutiérrez (2011), por meio do uso de novos operadores além dos tradicionalmente utilizados, como os termos genéricos (TG), específicos (TE) e relacionados (TR) nos tesouros, os quais ajudariam a romper com esquemas unilaterais e homogeneizadores de dependência. O autor afirma que os operadores tradicionais atendem a critérios epistemológicos precisos, obedecendo a uma lógica fechada; já em sua proposta, os operadores seguem uma lógica aberta, em que as relações hierárquicas perdem o protagonismo para as relações associativas, que não permitem dominações. Por esse motivo, explorar esse tipo de relação – associativa – consiste em um caminho importante quando se busca a inclusão de diversos pontos de vista.

[...] um operador anti-dogmático, hermenêutico e decolonizador, isto é, baseado no imperativo da participação direta e democrática de todas as posições possíveis e mundos que dela necessitem – incluindo todas as oposições e contradições a respeito de uma concepção – construídas de forma plural de modo a assegurar a presença de todas as visões de mundo e propiciar as diferenças até mesmo daquelas posições consideradas injustas ou anti-democráticas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 12, tradução nossa).

Cabe observar que a incorporação de diferentes pontos de vista a partir de relações associativas também pode ser encontrada nas ontologias, uma vez que nesses instrumentos as relações são livremente nomeadas, permitindo estabelecer ligações com outros vocabulários ou com fatos que expressem outros pontos de vista, como ocorre nas iniciativas de dados ligados abertos, do qual é exemplo a Wikidata (CAMPOS; CAMPOS; BARBOSA, 2019).

Os operadores propostos por García Gutiérrez (2011) são intitulados “complexo” e “transcultural”. O primeiro visa possibilitar o pluralismo ideológico e lógico, sendo útil, por exemplo, para lidar com conceitos complexos, como terrorismo, pessoas “ilegais” ou aborto. Ele deve permitir, de forma igualitária, diferentes interpretações possíveis desses conceitos (sem privilegiar uma ou outra), não tendo sido concebido para intervir ou controlar visões e significados a respeito de uma questão. Quanto ao operador transcultural, o autor o descreve como “[...] o produto sintético de um diálogo democrático, permanentemente aberto, entre representações de posições diversas (políticas, culturais, discursivas, etc.) que negociam a homologação e a integração de determinadas questões que as afetam” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 13). Dessa forma, esse operador envolve a obtenção de um acordo sobre um assunto e sua formalização como uma categoria transversal às posições como uma categoria, de modo a constituir “[...] um padrão ético global que pode interferir nos registros locais que a contradigam, sem anulá-los ou censurá-los, pois eles sempre desfrutarão da proteção oferecida pelo operador complexo” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 13).

Ressaltamos ainda, o trabalho de Fox (2011), que, ao destacar as limitações das teorias clássicas de classificação e as consequências causadas pela categorização para representar grupos marginalizados, avalia o uso da teoria do protótipo de Rosch (1999) para categorizar os conceitos de sexo e gênero, visando evitar o essencialismo e acomodar as identidades transgênero e *queer*. Vale ressaltar que ela critica a noção – presente na teoria – do protótipo como um representante ideal do conjunto, em que são feitos julgamentos de valor sobre os membros do grupo segundo suas semelhanças com o protótipo; para evitar a desvalorização de alguns membros, ela sugere a versão “média” de um protótipo (em vez de “exemplar”), já que, em sua visão, não existe um exemplar ideal (FOX, 2011).

Segundo esta autora, a noção de semelhança familiar de Wittgenstein presente na teoria de Rosch não exige, diferentemente das teorias clássicas, a necessidade de posse de todas as condições necessárias e suficientes para que um conceito pertença a determinada categoria, bastando a posse de algumas – não todas – qualidades em comum. Por exemplo, os padrões culturais atuais sobre gênero e sexo são limitados pelo binário homem/mulher, então aqueles de gênero ambíguo geralmente acabam em uma categoria ou outra com base na aparência externa. Por sua vez, em uma categorização prototípica, seria identificada uma rede de qualidades comuns à “mulher”, mas nenhuma delas sendo definida como necessária ou central, desde que algumas das outras características típicas da classe estejam presentes:

“[...] a posse das qualidades não coloca automaticamente alguém na categoria “mulher”. Uma mulher geralmente, mas nem sempre, se veste de maneira feminina. Uma mulher geralmente, mas nem sempre, tem órgãos sexuais femininos” (FOX, 2011, p. 156). Apesar das possibilidades oferecidas pelo emprego da teoria do protótipo na categorização, Fox (2011) reconhece a dificuldade causada pela instabilidade das definições prototípicas em um ambiente prático, avaliando que a teoria do protótipo poderia complementar teorias conceituais mais estáveis, incorporando a diferença contextual.

Outra iniciativa é a *Integrative Levels Classification* (ILC), um sistema geral de classificação proposto pelo *Classification Research Group* (CRG) baseado em fenômenos e na teoria dos níveis de realidade de Nicolai Hartmann. A opção da classificação por fenômenos em vez da tradicional estrutura disciplinar reflete uma alternativa para possibilitar aos usuários a mudança de uma perspectiva ou ponto de vista (como teorias e métodos de investigação) para outro, refletindo a natureza multidimensional do pensamento complexo, bem como o estabelecimento de conexões entre os fenômenos, as teorias que os estudam e os métodos para investigá-los (RODRÍGUEZ BRAVO; ALVITE DÍEZ, 2007).

Abandonar as disciplinas como o princípio estruturante primário da organização do conhecimento significa que o que deve ser organizado são agora diretamente fenômenos do mundo [...]. Um esquema de classificação deveria então ter os fenômenos como suas subdivisões primárias. Ela deveria tornar seus usuários capazes de expressar, em vez do conceito "os objetos dos estudos zoológicos", diretamente o de "animais", sem qualquer implicação a priori de que eles sejam estudados por zoologia, ou medicina veterinária, ou ciência dos alimentos [...] (GNOLI, 2008, p. 178).

Assim, sob o enfoque da classificação por fenômenos, um fenômeno pode ser considerado e discutido sob diferentes perspectivas, podendo refletir disciplinas, domínios do discurso, contextos culturais, teorias, métodos etc. Isso se alinha à noção decolonial exatamente por evitar a primazia de determinados pontos de vista sobre um fenômeno em detrimento de outros, que provavelmente não seriam contemplados ou seriam sub-representados. Conforme sinaliza Novo (2010), a Teoria dos Níveis Integrativos, que embasa a ILC, fornece um pensar sistêmico na organização do conhecimento, em que os conceitos não podem ser compreendidos isoladamente, mas de forma interconectada, o que também vai ao encontro do pensamento decolonial, pois se busca conectar as diferentes visões, dando visibilidade a cada uma delas de forma igualitária: “O foco está voltado para a interconectividade, de como lidar com as estruturas complexas dos conceitos, que podem ser

usados em qualquer área, independentemente do conhecimento técnico ou intelectual apreendido nelas” (NOVO, 2010, p. 145).

Com base no exposto, pode-se identificar que aspectos da perspectiva decolonial, embora nem sempre sob este título, já se encontram presentes nas iniciativas de pesquisadores da organização do conhecimento. O quadro 1 a seguir busca apresentar uma breve sistematização de aspectos da decolonialidade, os relacionando com diferentes iniciativas propostas no âmbito da organização do conhecimento e seus possíveis impactos no processo de elaboração de SOC.

Quadro 1 - Sistematização dos aspectos da decolonialidade e impacto na elaboração de SOC

Aspecto da decolonialidade	Propostas no âmbito da organização do conhecimento	Impacto na elaboração de SOC
Visibilidade a grupos marginalizados	A noção de garantia cultural parte da premissa de que indivíduos de diferentes culturas precisam de diferentes tipos (e caminhos) de informação (BEGTHOL, 2002)	Utilização da garantia cultural para basear os instrumentos nos pressupostos, valores e predisposições culturais dos indivíduos envolvidos no contexto e para embasar a hospitalidade cultural, permitindo que o instrumento esteja aberto a alterações de acordo com mudanças culturais.
Desconstrução de categorias binárias e reconhecimento do pluralismo epistêmico	Utilização da teoria prototípica no contexto da categorização (FOX, 2011)	Criação de categorias mais inclusivas, que possam representar parâmetros-outras para a inclusão de conceitos, dando conta de abarcar diferentes perspectivas.
	A teoria da desclassificação e a adoção dos operadores complexo e transcultural, permitindo o questionamento da lógica central da classificação tradicional (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011)	Rompimento com critérios que considerem apenas as relações hierárquicas, de lógica fechada.
Representação do pluralismo epistêmico	A utilização da ILC permite a representação de diferentes pontos de vista envolvidos em um mesmo contexto de produção e partilha do conhecimento de forma igualitária (GNOLI, 2008)	Adoção de formas flexíveis para elaboração da estrutura classificatória nos SOC, como o método facetado e iniciativas como a ILC.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Conforme evidencia o Quadro 1, destacamos três aspectos da decolonialidade que ficam fortes na literatura, os relacionando com quatro propostas que podem ser vistas no campo da organização do conhecimento: a utilização da garantia cultural, da classificação por níveis integrativos, da teoria prototípica e da teoria da desclassificação, ressaltando os esforços para utilização de diferentes aportes para a elaboração de SOC, como basear os

instrumentos nas perspectivas das comunidades envolvidas, adotar formas flexíveis como o método facetado para elaboração da estrutura classificatória, criar categorias mais inclusivas e estratégias que complementem as relações hierárquicas. Dessa maneira, a visibilidade a grupos marginalizados, a desconstrução de categorias binárias e o reconhecimento e a representação do pluralismo epistêmico no âmbito da elaboração de SOC se colocam como aspectos fundamentais para a incorporação de uma prática decolonial no contexto do campo da organização do conhecimento.

Nesse sentido, embora não seja o foco do presente trabalho, a partir da sistematização apresentada, é possível vislumbrar, ainda que de forma preliminar, maneiras de se colocar em prática, no âmbito dos SOC, os aspectos identificados no Quadro 1. Assim, tendo em vista o atendimento ao aspecto de promover visibilidade a grupos marginalizados, uma ação básica é a adoção de uma terminologia que seja representativa desses grupos. De forma similar, deve-se atentar para o não uso de termos pejorativos, etnocêntricos ou coloniais. Por exemplo, o uso do termo “pessoa em situação de rua” pode ser utilizado em vez de “morador de rua”. Para tanto, torna-se fundamental que a elaboração desses instrumentos conte com profissionais capacitados e envolvidos com a questão da decolonialidade, bem como que o trabalho seja feito de forma conjunta com os membros dos grupos representados, os quais são capazes de contribuir e validar as decisões tomadas.

Salientamos que as bases teórico-metodológicas citadas no Quadro 1 não são as únicas que podem ser utilizadas quando o objetivo é incorporar práticas decoloniais no processo de elaboração dos SOC, mas elas podem ser utilizadas como bases auxiliares para a elaboração de instrumentos mais inclusivos. Destacamos, com o Quadro 1, que o acúmulo teórico do campo da organização do conhecimento já aponta para aspectos consonantes à perspectiva decolonial, como a importância de reconhecer o pluralismo epistêmico e de colocar luz sobre as perspectivas de grupos socialmente marginalizados, como mulheres, representado, por exemplo, pelo estudo de Fox (2011).

Ressaltamos ainda que a tecnologia disponibilizada hoje por sistemas automatizados, SOC presentes na web e pelas recentes inovações nas tecnologias de comunicação e informação podem ser aliadas na busca de parâmetros decoloniais para a organização do conhecimento e a elaboração de seus instrumentos. Por fim, destacamos a necessidade de se aprofundar as pesquisas sobre os aspectos críticos das bases epistemológicas utilizadas no campo da organização do conhecimento e na própria elaboração dos seus instrumentos para

que seja possível relacionar as diferentes soluções apresentadas em busca de uma metodologia para elaboração de SOC com base no pensamento decolonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no Quadro 1 apresentado, destacamos duas principais vias para o processo de elaboração de sistemas de organização do conhecimento decoloniais: a primeira, voltada para a crítica com base no pensamento decolonial das teorias e bases epistemológicas do campo da organização do conhecimento e suas áreas de conhecimento relacionadas; e a segunda, voltada para elaboração de novas propostas metodológicas para a elaboração dos instrumentos. Com o quadro, sistematizamos aspectos da perspectiva decolonial, os relacionando com as propostas comumente citadas na literatura quando do estudo no campo da organização do conhecimento, buscando exemplificar o impacto de cada aspecto na elaboração dos SOC.

Este trabalho apontou para a necessidade de aprofundamentos das pesquisas acerca da aproximação do campo da organização do conhecimento com a perspectiva decolonial, destacando a sua investigação em cada etapa e processo de elaboração dos SOC, inclusive as diferentes perspectivas que podem embasar este processo. Com base no exposto, é notável a crescente busca por maneiras de enfrentar a colonialidade ainda predominante em grande parte dos SOC. Não se trata de tarefa simples, pois as práticas e instrumentos em uso na Ciência da Informação e em áreas correlatas, os quais são fortemente ancorados nas teorias clássicas sobre a organização do conhecimento, estão consolidados e bastante difundidos. No entanto, existem propostas, como as apontadas no Quadro 1, que podem contribuir para que os SOC sejam mais inclusivos em relação a outros pontos de vista e permitam a representação do conhecimento de forma decolonial.

Dessa forma, para que as mudanças sejam possíveis, especificamente nos SOC, é preciso continuar investindo na avaliação crítica das bases teórico-metodológica utilizadas no campo, na atualização do pensamento científico frente aos novos entendimentos sociais e tecnológicos, e nas investigações que aproximem essas questões da elaboração de SOC.

REFERÊNCIAS

ADLER, M. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.

AMORIM, I. S.; ALVES, U. dos S. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s.l.], n. Especial, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

CAMPOS, L. M.; CAMPOS, M. L. A.; BARBOSA, N. T. A wikidata e os desafios da interoperabilidade na era dos dados abertos ligados na web: uma breve reflexão. **Prisma.com**, Portugal, n. 40, p. 64-77, 2019.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 7, n. 2, 1978.

FOX, M. J. Prototype theory: an alternative concept theory for categorizing sex and gender? In: SMIRAGLIA, R. P. (ed.). **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, v. 3. Toronto, Canadá, p. 151-159, 2011.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Olhares decoloniais em organização do conhecimento: uma análise das publicações do periódico knowledge organization (2000-2020). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro, 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011.

GNOLI, C. Categories and facets in integrative levels. **Axiomathes**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 177-192, 2008.

HADFIELD, R. **Pearl growing as a strategy in systematic literature searches**. Mediwrite. 2019.

HAWKINS, D. T.; WAGERS, R. Online bibliographic search strategy development. **ERIC**, online, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 10-15, 1982.

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de socs multiculturais. In: BARROS, T. H.; BOLFARINI, N. T. (org.). **Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: ED. da UFPA, 2019.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **Decoloniality**: Concepts, analytics, praxis. Duke University Press, 2018.

MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007.

MORIN, E. **O Método: O Conhecimento Do Conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOVO, H. F. A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 131-156, 2010.

OLIVEIRA, E. D. S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 08, n. 01, p. 97-115, 2021.

OLIVEIRA, M. J.; OSMAN, E. M. R. O. Pluralismo bioético: contribuições latino-americanas para uma bioética em perspectiva decolonial. **Revista Bioética**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 52-60, 2017.

RODRÍGUEZ BRAVO, B.; ALVITE DÍEZ, M. L. (Org.) La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico. *In: CONGRESO ISKO-ESPAÑA*, 8., 2007, León. **Actas [...]**. León: Universidad de León, 2007.

ROSCH, Eleanor. Reclaiming cognition: the primacy of action, intention and emotion. **The Journal of Consciousness Studies**, v. 6, p. 61-77, 1999.

SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s. l.], v. 23, p. e7, 2019.